

# BOLETIM **CNM**

Publicação da Confederação Nacional de Municípios – maio de 2013



## Senado: compromisso com o municipalismo

### Nesta edição:

- XVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios tem pré-programa definido
- Redação de estudante sobre drama da seca participa de concurso internacional
- CNM defende aumento de 2% do valor do FPM repassado aos Municípios

Seca

# Presidente do Senado promete ajudar p

Por causa da seca, mais uma vez os líderes de Municípios nordestinos se reuniram para buscar soluções. A *Mobilização Nacional pelo Nordeste* ocorreu nos dias 13 e 14 de maio. Orientados pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), os dirigentes de nove Estados coordenaram manifestações locais para mostrar ao País as dificuldades oriundas da seca e no dia seguinte, em Brasília, pediram ajuda ao presidente do Senado Federal, Renan Calheiros (PMDB-AL), e posteriormente ao ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra.

O grupo de prefeitos foi liderado pelo presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, indicado por Renan para sintetizar a situação no Nordeste. Ziulkoski foi categórico ao afirmar que, apesar de assistirmos diversas calamidades climáticas no Brasil, a seca é predominante. “Ela extrapola também para outros Estados, é ancestral”.

Paulo Ziulkoski explicou ao presidente do Senado que aqueles prefeitos estiveram um mês antes com o ministro Fernando Bezerra e fizeram as mesmas reivindicações. Mas, nada foi atendido. “Esperávamos que a presidente [Dilma] anunciasse melhorias em Fortaleza. As máquinas foram boas logicamente, mas não resolvem o problema”, assegura.

Durante a síntese, Ziulkoski lamentou: “Nos últimos dez anos só duas barragens foram construídas na região. A situação é de total ingovernabilidade”. Para ele, o Congresso, os Municípios, Estados e a União precisam encaminhar a discussão independente de partidos. “Queremos o alívio para a população. Não é para os prefeitos”, reforça.

Uma das soluções apontadas pela CNM para que as discussões sejam ampliadas foi a reinstalação da Subcomissão de Assuntos Municipais dentro da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), do Senado. “Assim, espero que o Senado possa nos ajudar no diálogo com o Executivo federal, porque nossa relação às vezes não é bem entendida”.

Renan Calheiros e também o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), foram convidados para a *XVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, marcada para 8 a 11 de julho. Calheiros confirmou a presença e disse que será na Marcha a reabertura desta Subcomissão destinada especialmente aos assuntos municipalistas.

**A palavra dos prefeitos do Nordeste** – Na audiência com Renan Calheiros, estavam presentes os presidentes da Associação de Municípios do Pernambuco (Amupe), José Patriota; da Associação Piauiense de Municípios (APPM), Arinaldo Leal; da Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece), Adriana Pinheiro; da Associação dos Municípios da Região Centro Sul de Sergipe (Amurces), Antônio da Fonseca; da União dos Municípios da Bahia (UPB), Maria Quitéria; da Associação de Municípios Alagoanos (AMA), Marcelo Beltrão, da Federação dos Municípios do Estado de Sergipe (Fames), Antônio Rodrigues; e da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (Femurn), Benes Leo-

cádio; o vice da Federação das Associações dos Municípios da Paraíba (Famup), Tota Guedes; além de outros representantes.

Durante a reunião, todos os participantes puderam expor ao presidente do Senado e aos demais senadores as preocupações e transtornos decorrentes da pior seca dos últimos 50 anos. Marcelo Beltrão, da AMA, foi o primeiro a falar e destacou que alguns agricultores chegam a cometer suicídio por causa da atual situação. “Os recursos dos governos estaduais e federal não foram usados de forma emergencial porque não chegaram até agora”, lamentou.

Patriota, da Amupe, um dos Estados que mais se mobilizaram no dia 13, aproveitou a audiência para denunciar que medidas adotadas pelo governo federal só pioram a gestão dos Municípios. “A seca apenas agrava a situação. Tem o aumento de salário mínimo, desonerações do IPI [Imposto sobre Produtos Industrializados] e a receita que não cresce. É um conjunto de problemas”, conta. José Patriota defende a adoção de planos de estruturação, devido à frequência quase anual da estiagem.

Para complementar o discurso de Patriota, o presidente da Femurn, Benes Leocádio, lembrou que os recursos oriundos da exploração do petróleo seriam de grande valia neste período de crise no Nordeste. “Infelizmente se o Supremo tivesse votado, os *royalties* já poderiam estar ajudando”, disse.

Tota, representante da Paraíba, fez um relato a Renan. “No meu Município há 800 cisternas e apenas 158 são abastecidas pelo Exército que usa critérios. As demais racham e não servem para nada. Agora são os animais que morrem de sede e fome, senhor presidente, daqui a pouco será o povo porque só o Bolsa Família não vai sustentar esse povo”.

Também da Paraíba, o prefeito do Município de Afonso Bezerra, Jackson Bezerra, entregou a Renan Calheiros um documento que trata da dívida de um pequeno agricultor. “Ele pegou R\$ 40 mil em 1996 e hoje deve R\$ 600 mil. Está lá em depressão com a família e o banco mandou uma intimação de cobrança. O sertão está falido, sem condições de produção. Nós queremos a anistia das dívidas”, apelou.

Outro documento foi entregue pela presidente da UBP, Maria Quitéria.



# Prefeitos do Nordeste a enfrentar a seca



Jonas Pereira / Agência Senado

## Compromissos

Trata-se de um estudo feito com base em dados da CNM onde mostra o impacto da política de desonerações de impostos para os Municípios baianos. “Tudo isso que foi apresentado aqui tem uma fonte, a falta de autonomia. Nós precisamos ter autonomia para planejarmos nossos Municípios, para trabalharmos”.

Em nome dos sergipanos, Antônio Rodrigues pediu ajuda de Renan para que as demandas apresentadas na audiência sejam levadas aos ministros e à presidente Dilma Rousseff. “Não há mais tempo. O nordestino está cada vez mais pobre”, finalizou

**Apoio dos senadores** – Entre os senadores presentes na reunião, Wellington Dias (PT-PI) reforçou a questão dos *royalties*. “Acho que vale a pena abrir diálogo com o Judiciário e pedir a decisão da Corte”, considera.

O senador Bendito de Lira (PP-AL) falou como conhecedor dos problemas da seca. “Como presidente da Comissão de Agricultura desta Casa, sei pelo o que vocês passam. Eu aconselharia a presidenta a aumentar mais 1% do FPM [Fundo de Participação dos Municípios], compensar as perdas com o IPI e renegociar as dívidas com os agricultores. Esta Casa tem força o suficiente para levar isso a ela”, disse ao presidente Renan Calheiros.

As respostas de Renan foram imediatas aos apelos dos municipalistas.

De acordo com o presidente do Senado, a agenda dos Municípios será priorizada no Congresso. “Precisamos desburocratizar e adotar esta pauta do municipalismo. E, se houver vetos aos projetos, apreciá-los com a mesma rapidez”, prometeu.

Para Renan, as circunstâncias atuais da região nordestina são dramáticas. “É um problema grave a receita deste ano ser igual ou menor do que a de 2012, por causa das despesas que estão maiores”, destacou. O presidente do Congresso disse que se reunirá com Henrique Eduardo Alves para discutir essa questão. Calheiros também se pronunciou em relação aos *royalties*. “Vou fazer uma indicação formal para que este veto seja apreciado. O Supremo não tem como não apreciar, assim como nós também não tivemos como não votar o projeto”.

A audiência durou aproximadamente uma hora e os prefeitos seguiram para o Ministério da Integração Nacional.

## Seca

# Ministro: atraso é culpa dos Estados

Os dirigentes das entidades estaduais de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte se reuniram mais uma vez com o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, durante o mês de maio. Na ocasião, entregaram um ofício elaborado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) em parceria com os dirigentes das entidades estaduais do Nordeste apresentando as reivindicações dos Municípios para o enfrentamento da seca que atinge a região.

Quando questionado pelos gestores sobre o dinheiro para a seca, Bezerra afirmou que os Estados estão recebendo os repasses, mas estão demorando para executar obras e subconveniar os Municípios. “Existem mais de R\$ 56 milhões na conta dos Estados desde junho do ano passado para perfurar poços. Foram empenhados mais de R\$ 200 milhões para serviços essenciais como pagamento de carro-pipa e ração para gado”. E explicou: “Estamos trabalhando em parceria com os Estados, pois são eles que operam as companhias de água”. O ministro ainda deixou clara a frustração do governo com a demora na execução desses repasses.

Para a presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB), Maria Quitéria, o governo divulga a todo o momento que está mandando dinheiro para a seca, “quando não é bem assim, e o povo cobra da gente. Então, temos que arranjar um jeito do dinheiro chegar no Município, chegar na ponta”, explica.



Adalberto Marques / Integração Nacional

O presidente da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), José Patriota, afirma que a seca ainda serviu para agravar mais a situação dos Municípios que já sofriam com as desonerações feitas pelo governo. “Os Municípios estão sem dinheiro, como vão aplicar recursos na seca?”, pergunta.

Na espera de recursos de outubro de 2012, o Estado de Alagoas ainda enfrenta a redução do número de carros-pipa. “O exército está diminuindo o número de carros-pipa para a região, porque choveu um pouco. Mas não foi o suficiente para encher nenhum reservatório ou manancial. Fizemos a mobilização da seca em parceria com a CNM na segunda-feira, 13 de maio, em Santana do Livramento (AL), onde escutei o relato de produtores que se suicidaram porque perderam tudo”, conta o presidente da Associação dos Municípios Alagoanos (AMA), Marcelo Beltrão.

## Dívida rural

Para Beltrão, a execução rural dos produtores do Nordeste deveria ser paralisada, pelo menos nesse período mais grave da estiagem. “É preciso uma renegociação da dívida dos produtores desta região”, pede.



Wilson Dias / ABr

Seca

# Estudante relata a tristeza da seca

Maírla Dias, 14 anos, convive com a seca em seu Município, Quixaba (PE), Sertão do Estado, desde pequena. No início de 2012, viu a situação se agravar. Ao viver em um Município que está em Situação de Emergência por conta da seca e ver sua escola sendo abastecida por carro-pipa. A adolescente escolheu retratar a realidade da seca em que vive para escrever uma carta explicando “por que a água é um recurso precioso?”. A redação ganhou o primeiro lugar no 42º Concurso Nacional de Cartas, promovido pelos Correios. Agora a estudante concorre à fase internacional da competição, promovida pela União Postal Universal (UPU), em Berna, na Suíça, sendo a única brasileira na etapa.

A estudante faz o segundo ano do Ensino Médio na Escola Estadual Tomé Francisco da Silva, do Município de Quixaba, no Sertão do Estado de Pernambuco. Em sua carta, a aluna se dirige aos jovens do mundo e relata o drama das famílias que precisam conviver com a seca no Semiárido de Pernambuco. “Na minha comunidade, assim como em muitas outras, o abastecimento das casas está sendo feito através de carros-pipa, pois os mananciais secaram completamente e a população já não recebe mais água encanada. Todos os pecuaristas tiveram seus rebanhos reduzidos drasticamente”, diz um dos trechos do texto.

A diretora-adjunta da Escola e professora da aluna, Rosineide Alves de Al-

meida, afirma que os alunos são incentivados a escrever e participar dos concursos de redação para se tornarem mais críticos com sua própria realidade e aprenderem a expressar o que aprendem. A ideia da redação é alertar sobre a água como um recurso finito e que sua falta poderia ser devastadora. “Em Quixaba em muitos momentos faltou água para consumo humano, estamos em racionamento. É uma realidade terrível para os estudantes e serve de alerta para outros países”, reflete a educadora.

Maírla diz que foi uma surpresa saber que sua redação havia vencido a fase nacional. “Considero minha carta até simples”, diz a estudante. “Felizmente começou a chover, mas a água ainda não foi suficiente para encher os mananciais. Nada melhor do que você mostrar a falta de uma coisa para mostrar por que ela é tão preciosa”, completa a jovem.

Maírla concorreu com mais de 5 mil estudantes de até 15 anos de idade de 3 mil escolas públicas e particulares do País. O resultado da fase internacional do concurso deve ser divulgado em outubro deste ano, mas a data certa e detalhes da premiação ainda não foram divulgados pela União Postal Universal.

A aluna Julia Yone Pereira de 15 anos ganhou o prêmio estadual do concurso e como prêmio recebeu um *tablet*.

Em Pernambuco, 122 Municípios estão em Situação de Emergência.

## A tragédia da seca relatada na carta da estudante:

Queridos jovens de todo o mundo,

Sou uma habitante do Nordeste brasileiro, mais especificamente do sertão pernambucano, e atualmente vivo o drama causado pela estiagem que afeta esta região desde o início de 2012. Na minha comunidade, assim como em muitas outras, o abastecimento das casas está sendo feito através de carros-pipa, pois os mananciais secaram completamente e a população já não recebe mais água encanada. Todos os pecuaristas tiveram seus rebanhos reduzidos drasticamente, afetando a produção de leite e carne bovinos. O saudoso Luiz Gonzaga retrata bem essa realidade em sua música Asa Branca: “Que brasileiro, que fornalha, nenhum pé de plantação! Por falta d’água perdi meu gado, morreu de sede meu alazão!”

Diante desta situação, pode-se perceber a importância e a preciosidade da água. A falta de recursos hídricos no Nordeste ajuda a reafirmar que este é um bem indispensável a todos os seres vivos, já que se faz necessário em vários setores da nossa vida, desde a higiene pessoal até a manutenção do organismo.

Infelizmente, hoje em dia existem muitas pessoas que não reconhecem que a água, apesar de muito abundante em determinadas regiões, é um recurso natural esgotável, e devido a isto desperdiçam um bem que é patrimônio de todos. Este fato me preocupa, pois as consequências serão sentidas futuramente, e seremos prejudicados, deixando uma triste herança para os nossos filhos e netos. Além do desperdício,

outro fator também ameaça a conservação desse recurso tão precioso. A contaminação das fontes de água potável está se tornando um problema cada vez mais grave.

Acredito que o poder de dar um fim ao desperdício da água e reverter esta situação está nas nossas, já que os jovens são a renovação do mundo em que vivemos. A juventude pode e deve colaborar com essa missão de preservação desse bem tão precioso. É nosso direito exigir das autoridades medidas que possam diminuir os efeitos da poluição das águas. A instalação de redes de saneamento básico é um exemplo de como assegurar o direito à população de ter acesso à água tratada.

Já a solução para o desperdício deve partir de cada um de nós, sejamos jovens ou não. A consciência é a maior arma de preservação dos recursos hídricos, e a melhor forma de conservar um patrimônio natural da humanidade.

Espero que esta carta consiga sensibilizá-los, e que juntos possamos cobrar das autoridades, que têm o poder nas mãos, ações imediatas e eficazes de conscientização da população, investindo em obras de prevenção e preservação dos mananciais existentes que ainda não foram poluídos.

Os jovens já mostram sua força, ajudando a derrubar ditadores; em busca da democracia, muitos deram sua própria vida em campos de batalha. Por que não lutamos por esse bem precioso e indispensável para a existência de vida no planeta Terra?

Então, como nos propõe Geraldo Vandré, “Vem, vamos embora, que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer!”

## Seca

# Pesquisa mostra os números e

A seca prejudica todo o Nordeste e assusta por ser a pior dos últimos cinquenta anos. O retrato deste problema foi mostrado na edição de abril do *Boletim CNM*. A repercussão foi enorme, e, como a estiagem se prolonga há meses, os representantes municipalistas da região decidiram mostrar ao restante do País as dificuldades em administrar os Municípios e pedir socorro aos governos estaduais e federal.

Em apoio ao Nordeste, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) se colocou à disposição para levantar os “números da seca”. Por meio de uma pesquisa, no período de 8 de abril a 2 de maio, a CNM ouviu 1.164 Municípios dos nove Estados da região. Ao todo, 65% dos 1.793 entes ajudaram a montar um mapa atual da seca. Os resultados são preocupantes.

Entre aqueles que responderam à pesquisa, 86% afirmam enfrentar problemas relacionados à seca. Apenas 14% alegam não estar nesta situação. Portanto, este percentual confirma a dificuldade de quase a totalidade de uma região.

**O comércio da água** – Quando não há chuva, conseguir água se torna um desafio. Para se ter uma ideia, 73,3% dos Municípios ouvidos precisam comprar água para consumo animal e até mesmo humano. Um total de 10% gasta acima de R\$ 100 mil por mês com a aquisição de água. Outros 25% usam de R\$ 50 mil a R\$ 100 mil e 43% gastam até R\$ 50 mil mensais.

A escassa água faz com que os criadores de animais percam parte do rebanho. Mas não ter água para as pessoas é ainda mais grave. Dentre os gestores ouvidos pela CNM, 55% dizem que a água comprada pela prefeitura é distribuída para o consumo humano. Outros 30% explicam que 75% deste precioso líquido vão para as famílias e 25% para os animais; em 13%, a água é distribuída meio a meio e em 3% é direcionada para o consumo do rebanho.

O Exército brasileiro ajuda na distribuição da água, sendo responsável por 40%. Outros 32% são feitos por serviços terceirizados pelos governos e 28% indicaram outras formas de distribuição. A água, geralmente, é transportada por caminhões-pipa. Quase 39 mil deles atendem aos Municípios do Nordeste. Eles carregam até 85%, e apenas 15% distribuem a água por adutoras – espécie de canalização.

**Outros caminhos** – Além de comprar água, outra alternativa do povo nordestino são as cisternas, ou os também conhecidos poços artesianos.

O mapa da seca construído pela CNM mostra que 79% dos Municípios possuem uma cisterna. Na região, existem 762 mil. Somente 21% dos entrevistados não contam com este recurso.

Poços artesianos, aliás, são a grande aposta do governo federal para solucionar a falta de água. Entretanto, a burocracia atrasa e, algumas vezes, impede a ajuda do governo federal. À Confederação Nacional de Municípios, muitos prefeitos defenderam mais agilidade por parte do governo federal em situações como esta.

Com o excesso de burocracia, Estados e União ajudam pouco, e o enfrentamento à seca e o atendimento à população são quase sempre feitos isoladamente pelos Municípios. Eles chegam a atender em média 55.358 moradores, que buscam ajuda nas prefeituras. Os gestores querem a desburocratização de recursos emergenciais.

**A estiagem traz desemprego, perdas, fome e doenças** – Por causa da estiagem, infelizmente outros problemas acometem os nordestinos. Os criadores perdem rebanho, os pequenos agricultores não produzem, os grandes demitem parte dos funcionários e as doenças se agravam. A CNM também interrogou os gestores sobre como eles resolvem essas questões.

Em 33% das prefeituras ouvidas, existe a distribuição de cestas básicas para a população. Medida adotada para evitar a fome desse povo. Do total de distribuição, 13% entregam mais de mil unidades, 15% distribuem de 501 a mil cestas, 38% de 101 a 500 unidades e 34% entregam até 100 unidades.

Em relação às perdas de criadores, 91,8% dos Municípios declararam que perderam cabeças de gado, ovinos e caprinos. Ao todo, 52% indicaram que as perdas foram acima de 100 cabeças, 24% de até 100 cabeças e mais 24% de até 50 cabeças.

Se a agropecuária local não vai bem, o povo nordestino sofre com o desemprego. Na pesquisa, a CNM aponta: 76% dos entrevistados indicaram que o desemprego causado pela seca está acima de 20% nas cidades, taxa extremamente alta.

A saúde também é afetada. Com a falta de água, a população adoece e 70% dos Municípios pesquisados contam com medicamentos enviados pelos governos estaduais e federal. Os outros 30% não recebem esta ajuda. Daqueles que recebem os medicamentos, 60% dizem que eles não chegam em quantidade suficiente para atender à demanda.



# prejuízos da seca no Nordeste

**Falta auxílio** – Todas essas dificuldades representam no final do mês um custo para os Municípios. É o prejuízo da seca, também apontado pela Confederação. Entre os pesquisados, 91,5% confirmaram perdas financeiras decorrentes, por exemplo, da baixa arrecadação. Destes, 55% mostram prejuízos acima de R\$ 100 mil mensais; 33% de R\$ 50 mil até R\$ 100 mil; e 12% indicam uma perda de até R\$ 50 mil.

Com estes prejuízos, os Municípios dependem ainda mais de auxílio financeiro federal e estadual. Mas, dos gestores ouvidos pela Confederação, 57% indicam que não recebem ajuda nenhuma para enfrentar o problema. Apenas 43% recebem. Além dos governos, a ajuda pode vir, também, de algumas entidades. Nesse caso, somente 11% relatam que recebem algo e 89% não recebem nada.

Além do auxílio financeiro, os Municípios podem ser ajudados com máquinas como motoniveladoras, retroescavadeiras, caminhão-caçamba e caminhão-pipa. Contudo, apenas 42% dos entrevistados receberam este tipo de equipamento prometido e divulgado pelo governo federal. Os outros 58% ainda não receberam nenhuma máquina.

**Problemas que levam ao abandono** – Para amenizar a situação da população no Nordeste, os programas de assistência social do governo federal, como o Bolsa-estígio, chegam a mais de 200 famílias em 52% dos Municípios

ouvidos. No caso de programas para movimentar a economia local, os governos dos Estados atendem a 5% dos Municípios, e o governo federal a apenas 4%.

Toda a situação apresentada pela CNM transforma negativamente a vida de muitos nordestinos, por isso, algumas famílias optam por sair da zona rural e ir para as cidades em busca de melhores condições. O êxodo rural ocorre em 80% dos Municípios entrevistados.

**Abrangência da pesquisa** – O trabalho da Confederação Nacional de Municípios tem confiabilidade, pois as respostas obtidas estão sempre acima de 50% em cada um dos Estados. Em Alagoas, 52% dos Municípios foram entrevistados; Bahia, 77%; Ceará, 67%; Maranhão, 37%; Paraíba, 73%; Pernambuco, 78%; Piauí, 58%; Rio Grande do Norte, 59% e Sergipe, 68% de abrangência.



## Educação

# Municípios: boas práticas para

Em tempos de altos índices de violência, a escola tem deixado de ser um lugar seguro para alunos e professores, que estão vivendo experiências de medo. Exemplos disso são situações como briga entre alunos, vandalismo, consumo de drogas, *bullying* ou agressão a professores e alunos.

De acordo com dados do Ministério da Educação, 4,2 mil professores do Ensino Fundamental da rede pública e privada contaram ter sido agredidos fisicamente por alunos dentro de sala de aula, ou na saída da escola.

Pelas estatísticas do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), as agressões aos docentes estão crescendo cerca de 20% por semestre. Entre 2008 e 2011, a entidade recebeu 157 denúncias de agressão, roubo, vandalismo e ameaças de morte em escolas paulistas.

## Violência nos Municípios Mineiros

Os Municípios mineiros também têm testemunhado vários casos de violência nas escolas. Em 2011, foram 1.363 casos em 29 Municípios. A Polícia Militar computou, ainda, 280 crimes violentos contra estudantes, professores e funcionários, chegando a 20,5% do total.

Mesmo que a obrigação de dar segurança para a população seja do Estado, os prefeitos demonstram preocupação com o aumento dos casos no resto do País. Muitas prefeituras têm apostado em boas práticas para conscientizar os alunos e prevenir o problema para reduzir os casos. Montes Claros, no norte de Minas Gerais, tem usado a parceria com a Polícia Militar para reduzir a violência.

Depois do Projeto, o Município conquistou o segundo lugar entre os níveis mais baixos de violência no ambiente escolar do Estado. Foram 5,3 ocorrências para cada grupo de 100 mil alunos, em 2011.

A secretária Municipal de Educação do Município, Sueli dos Reis Nobre, afirma que o objetivo



Pref. de Dourados

é que os alunos sintam a escola como um lugar mais agradável, com valores edificadas, e passem a respeitá-la mais. “O mais importante é que os professores e os diretores sejam vistos como referência para o aluno”, acrescenta. A rede municipal soma 32 mil alunos em 127 estabelecimentos.

## Mato Grosso do Sul firma parceria com guardas municipais

O número de registros de boletins de ocorrências nas escolas públicas do Município de Dourados (MS) caiu mais de 50% nos dois primeiros meses letivos desse ano. Estatística da Guarda Municipal revela que, em fevereiro e março de 2013, foram registrados 34 ocorrências contra 71 no mesmo período do ano passado.

A redução de ocorrências está relacionada ao ampliado de rondas realizado pela guarda municipal. Desde fevereiro, a guarnição colocou mais carros nas ruas e aumentou o efetivo de agentes em torno das escolas. Bares próximos das escolas também passaram a ser vistoriados – a pedido dos diretores de escolas –, e as medidas parecem ter dado certo.

O comandante da guarda, João Vicente Chencarek, explica que a maioria dos boletins são relacionados à briga entre estudantes, gangues e uso de drogas, e grande parte dos casos são resolvidos na própria escola, por meio do diálogo. Outros são encaminhados ao Conselho Tutelar e à Delegacia do Menor. “Em muitos casos, ainda conseguimos intermediar e, junto ao conselho da escola, resolvemos o conflito entre os alunos, porém nos casos considerados de maior gravidade, encaminhamos direto para o Conselho Tutelar”, diz Vicente.

Para o comandante, a intensificação da ronda e o trabalho em conjunto com os outros órgãos é o segredo do projeto. “Setorizamos a cidade e interligamos o trabalho, pois contamos com o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Assistência social e outros setores. Procuramos trabalhar de forma integral em várias frentes e focar em prevenção ao invés da repressão”, adianta.

De acordo com ele, o número de rondas nas escolas aumentou. Foram em média cerca de 500 visitas entre fevereiro e março do ano passado contra 528 nesse ano. Durante todo o ano de 2012, a guarda fez 12.977 visitas em escolas e fez 585 boletins de atendimento e 61 encaminhamentos de

# Combater violência na escola

casos para o Conselho Tutelar ou para as delegacias de polícia, por se tratar de crime, infração ou medida de proteção à criança.

Com os resultados positivos, Municípios como Campo Grande e Corumbá visitaram o Município para conhecer o modelo de ronda da guarda municipal de Dourados, com o objetivo de implementar o mesmo projeto. “Atendemos mais de 60 mil alunos, de 55 escolas municipais, nos três

períodos. Acredito que este trabalho pode ser replicado em qualquer outro Município do País, espero que sirva de exemplo”, garante Vicente.

**Aprovação** – A comunidade escolar aprova a presença da guarda com maior frequência, uma garantia de segurança para alunos e funcionários das instituições. E realmente a ação da guarda municipal não se restringe à fiscalização. Por meio de um projeto educativo, os agentes levam aos alunos palestras em diferentes temáticas, como drogas e violência, por exemplo. Além dos trabalhos



Pref. de Dourados

internos, as imediações das escolas também passaram a receber maior atenção no combate à aglomeração de pessoas.

## Em Roraima, alunos discutem problema

No Município de Ji-Paraná, em Roraima, alunos do 3º ano do Ensino Médio se reúnem duas vezes por semana para discutir assuntos como drogas, violência e *bullying*.

O programa Jovens Construindo a Cidadania (JCC) é coordenado pela Polícia Militar. No projeto, cerca de 17 jovens participam das reuniões. O JCC também está presente nos Municípios de Candeias do Jamari, Cacoal e Porto Velho. Em Ji-Paraná, o trabalho teve início em 2012. O objetivo é integrar a polícia com a escola e a comunidade na prevenção do crime por meio de discussões sobre drogas e *bullying* nas unidades educacionais. As reuniões acontecem em horários opostos às aulas.

## Município gaúcho dá exemplo contra o *bullying*

Fora a violência física, existe o *bullying*, que a Câmara dos Deputados pretende tipificar como crime. Preocupados com os altos índices de violência, Caxias do Sul (RS) utilizou uma ação simples para zerar os casos nas escolas municipais: a monitoria. Um dos professores da rede municipal teve a ideia de monitorar os alunos que tivessem atitudes violentas. A ação funcionou, e o educador Adilson Correa foi convidado pela Secretaria Municipal da Educação a desenvolver o trabalho em outras escolas municipais.

Na entrada e na saída de alunos, no recreio ou em atividades em grupo, ele está lá sempre perto dos estudantes. Com o tempo, o educador conquistou a confiança das crianças e passou a perceber qual aluno deveria ser acompanhado e a avaliar se os pais precisavam ser chamados.



Pref. de Dourados

Educação

# Esclarecimentos sobre repasses

Dois depósitos feitos nas contas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) no dia 30 de abril deixaram alguns gestores municipais sem entender do que se tratava. O Ministério da Educação publicou uma portaria – no dia 24 de abril – que definiu a redistribuição da complementação da União de 2012 ao Fundo por meio de dois lançamentos. Um do Ajuste da complementação da União ao Fundeb e outro da Complementação do piso do magistério.

Assim, ao analisar a orientação da Portaria 344/2013, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) esclarece: os repasses são recursos distribuídos de acordo com o critério da matrícula de educação básica. E do valor total repassado aos Municípios, R\$ 671,6 milhões são do crédito relativo à complementação do piso do magistério e R\$ 222,5 milhões do ajuste anual da complementação da União ao Fundeb 2012.

No entanto, os recursos são partilhados apenas entre Municípios de dez Estados. O valor total do ajuste anual da complementação será de R\$ 1,3 bilhão, em que R\$ 894,1 milhões são destinados aos Municípios e R\$ 417,8 milhões aos Estados.

“Na prática, nenhum ente federado foi até agora contemplado com recursos federais para integralização do pagamento do piso salarial nacional do magistério, tendo de arcar sozinho com uma obrigação criada por lei federal”, avalia o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski. Ele questiona: “não há como entender porque a parcela dos 10% reservados para integralização do pagamento do piso do magistério continuam a ser retidos nos cofres da União ao longo do exercício financeiro”.

Para o representante dos Municípios, se é de abril de 2012 a decisão de redistribuir os recursos dessa parcela com base nos coeficientes anuais de distribuição do Fundeb, por que o governo federal não redistribuiu o montante junto com as parcelas mensais por meio das quais repassa os outros 90%

da complementação da União. Ele lembra: “os 10% da complementação da União relativos a 2012 somente foram repassados aos Estados e aos Municípios beneficiados agora em abril de 2013”.

**ENTENDA O CASO** – O valor da complementação da União ao Fundeb foi estabelecido pela Emenda Constitucional 53/2006, que instituiu o Fundo. A orientação legal definiu que o apoio financeiro seria de 10% do total dos recursos decorrentes da contribuição dos Estados e dos Municípios aos respectivos Fundos estaduais. A lei que regulamentou o Fundeb – Lei 11.494/2007 – diz que 85% da complementação deverão ser repassados até 31 de dezembro de cada ano. O restante, “a maior ou a menor em função da diferença entre a receita utilizada para o cálculo e a receita realizada do exercício de referência, será ajustado no 1º quadrimestre do exercício imediatamente subsequente e debitado ou creditado à conta específica dos Fundos.

O Fundo é mantido por recursos de contribuições dos Estados e dos Municípios. E a complementação da União deve ser redistribuída entre o governo estadual e os de seus Municípios, na proporção das matrículas nas respectivas redes de educação básica pública presencial, de acordo com os respectivos âmbitos de atuação prioritária fixados pela Constituição.

Assim, a complementação contempla Municípios cujo valor aluno/ano não atinge o valor mínimo nacional de nove Estados. São eles: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí.

Já a complementação do Piso do Magistério foi estabelecida pela Lei 11.738/2008. De acordo com o texto legal, a União deve complementar a integralização do pagamento do Piso Nacional do Magistério, com recursos da parcela de até 10% da complementação da União ao Fundeb. Estes recursos podem ser distribuídos para os Fundos



estaduais, por meio de programas de melhoria da qualidade da Educação.

Assim, a CNM acredita que uma consequência direta da vinculação é que somente podem pleitear recursos federais para pagamento do piso nacional dos professores os Entes federados que já recebem complementação da União ao Fundeb, ou seja, os nove Estados antes mencionados e seus Municípios. Além disso, a complementação da União para integralização do pagamento do Piso Nacional do Magistério depende de “regulamento”, somente podendo ser repassada aos Entes federados que, considerados os recursos constitucionalmente vinculados à Educação, não tenham disponibilidade orçamentária para cumprir o valor fixado para o piso.

Uma Portaria do MEC de 2011 estabeleceu cinco critérios definidos pela Comissão Intergovernamental do Fundeb; são eles: aplicar os 25% das receitas de impostos em MDE; preencher o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos (Siope)

# do Fundeb



Aginaldo Silva / Pref. de Camaçari/BA

em Educação; cumprir o regime de gestão plena dos recursos vinculados para MDE; dispor de lei específica com o plano de carreira para o magistério; e demonstrar o impacto da lei do piso nos recursos do Estado ou do Município.

Entretanto, até agora, esses critérios não permitiram uma avaliação objetiva da situação dos Entes federados demandantes, de tal forma que, desde a vigência do piso, em 2009, não houve repasse de recursos da União para integralização do pagamento do piso nacional dos professores.

Em consequência, a parcela de 10% da complementação da União, reservada para complementação do pagamento do piso, tem sido redistribuída no exercício financeiro seguinte, juntamente com o ajuste anual da complementação ao Fundo, pelo mesmo critério de redistribuição de toda a complementação da União, ou seja, pela matrícula na educação básica presencial, respeitadas as áreas de atuação prioritária dos Entes federados.

Sebrae/CNM

# Cresce o mapa do apoio ao empreendedor



Lotus

As ações de estímulo ao crescimento dos pequenos negócios estão cada vez mais nítidas. Com o monitoramento da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, o Brasil está conhecendo os Municípios que avançaram na implementação da legislação. Além do ganho de consolidar um sistema de mapeamento, a outra boa notícia – a mais animadora, na verdade – é que a adoção de vantagens para os pequenos negócios está aumentando, revertendo-se em desenvolvimento para as cidades.

O Sistema de Monitoramento da Implementação da Lei Geral começou a funcionar no ano passado. Por meio dele, cada Município registra os progressos em quatro questões: a formalização dos empreendedores individuais, o uso do poder de compras governamentais para incentivar os pequenos, a desburocratização para se formalizar e a valorização da figura do agente de desenvolvimento nomeado pela prefeitura. Os temas foram escolhidos depois de pesquisas e por serem os que causam grande impacto na vida dos empreendedores, exibirem resultados em um prazo menor e dependerem bastante da ação do poder público.

Em *chat*, em 17 de abril, pelo Portal do Desenvolvimento Local ([www.portaldo desenvolvimento.org.br](http://www.portaldo desenvolvimento.org.br)), Cecília Fonseca e Miranda, da Unidade de Desenvolvimento Territorial (UDT)

do Sebrae, detalhou o monitoramento. “Para conhecer o sistema, é só clicar no endereço <<http://app.pr.sebrae.com.br/leigeralnacional/ConteudoDinamico.do>>”, explicou. “Nele, existem 58 perguntas distribuídas nos quatro temas que servem como um roteiro de ações que o Município precisa executar para que possa ser considerado como lei implementada. O sistema pode ser visto por todos, mas seu preenchimento é feito pelos gestores do Sebrae, já que foi criado por ele. Assim, é possível ter um controle e uma unificação das informações.” O sistema serve como um roteiro; assim, o gestor municipal pode pensar quais passos deve seguir para implementar a lei.

É útil entrar no sistema e olhar evidências de outros Municípios para ter como base. As evidências são os documentos que mostram que os Municípios estão fazendo o que a pergunta indica. Elas são importantes porque podem servir de exemplo para outros Municípios que não sabem bem qual caminho seguir para terem um ambiente de negócios mais saudável para os pequenos negócios.

**Confira o placar** – O Sistema de Monitoramento da Implementação da Lei Geral está em: <<http://app.pr.sebrae.com.br/leigeralnacional/ConteudoDinamico.do>>.

Meio Ambiente

# CNM busca na Alemanha bons exemplos para tratar de resíduos

Os lixões a céu aberto é uma questão preocupante para os gestores municipais há anos. Ainda mais após a sanção da Lei 12.305/2010, que determina o fim deles e a substituição por aterros sanitários. Em busca de ideias inovadoras e bem-sucedidas, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) foi até a Alemanha para conhecer a técnica usada naquele país para coletar e dispor corretamente os resíduos sólidos. A viagem à capital Berlin e a outras cidades ocorreu a convite do Centro Empresarial e Científico Brasil-Alemanha.

Além da CNM, outras quatro entidades participaram da viagem: a Federação Catarinense de Municípios (Fecam), a Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (Amvi), a Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (Amosc) e o Consórcio Internacional de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Sul (Cirsures).

O grupo conheceu a Associação de Reciclagem dos Municípios do entorno de Brandenburg, em Nudwingsfeld, no Estado de Niederlehme. Além disso, esteve no aterro sanitário de Ost-Mecklengurg-Vorpommer, mantido por uma associação de Municípios e controlado pelo poder público.

Entre os locais visitados, está a Usina de Tratamento Mecânico Biológico, também gerenciada pela associação municipalista alemã. Além de tratar dejetos, a Usina gera energia a partir do gás metano extraído do aterro antigo. Um ótimo exemplo a ser seguido por associações de prefeituras brasileiras.

**Investimento de empresas** – Na Alemanha, o tratamento de resíduos sólidos funciona de maneira exemplar, porque, além do trabalho público de associações, existe o investimento por parte do setor privado. A CNM pôde conhecer duas unidades privadas de tratamento do lixo. Uma de resíduos de alimentos – sobras de restaurantes – e outra de reciclagem e tratamento de animais mortos, biodiesel e óleo vegetal.

Em Rostock, outra iniciativa. Desta vez, voltada para a reciclagem de garrafas PET, e outra usina de biogás de onde se extrai o metano para gerar energia. A empresa alemã Vattenfall Europe Nova Energia Econergia LTDA gera energia da combustão direta de resíduos e lucra com essa atividade.

Uma só cidade, Neumüster, abriga aterros que eliminam os lixões e transformam os resíduos em emprego e renda. A Usina de Produção de CDR (combustível derivado de resíduos) e a fábrica da Heers e Brockstedt LTDA são especializadas em executar aterros sanitários e montar unidade de captação de gás de aterro para reutilizá-lo como combustível-metano.

**Viabilidade no Brasil** – O objetivo da CNM foi o de avaliar como as unidades visitadas podem ser adequadas e implantadas também nos Municípios do Brasil. Para a Confederação, toda a tecnologia utilizada pelos alemães pode ser trazida aos brasileiros e colocada em prática nos próximos anos.

No caso do tratamento mecânico biológico, por exemplo, é possível adap-

tá-lo à realidade brasileira, com a transferência da tecnologia alemã e a capacitação de gestores públicos municipais concursados. Os profissionais, é claro, são essenciais. É preciso ter engenheiros com conhecimento técnico que trabalhem nos Municípios ou em unidades consorciadas, além de técnicos com capacitação na operação e na gestão das unidades que sequer precisam ter ensino superior.

A CNM defende a implantação do sistema de coleta de recicláveis como o “pontapé inicial”. Basta a conscientização por parte dos munícipes. O custo para o funcionamento desses aterros, que transformam lixo em energia, é relativamente alto, mas alguns itens são viáveis de uso imediato.

Um exemplo: o investimento em um aterro de 300 mil toneladas de resíduos por dia é de aproximadamente R\$ 30 a R\$ 40 milhões; e no tratamento mecânico biológico e sistema de triagem, de mais de R\$ 15 a R\$ 20 milhões. Um total de R\$ 50 a R\$ 60 milhões por unidade completa.

Da forma como foi visto na Alemanha, é muito caro, por isso, distante da realidade de muitos entes brasileiros. Mas, com apoio do governo federal e dos Estados, é possível. Como o caso do governo de Santa Catarina, que apoia a Amvi a efetuar o projeto de Pomerode (SC).

Vontade em copiar os modelos alemães não falta, todas as entidades que visitaram a Alemanha sinalizaram interesse em colocar em prática os exemplos vistos no país europeu de primeiro mundo.



## Os alemães no Brasil



Crédito

Em contrapartida à viagem à Alemanha, técnicos alemães vieram ao Brasil, no Município gaúcho de Minas do Leão, lugar onde mais de 150 Municípios do Estado depositam os resíduos sólidos. O aterro sanitário da empresa Companhia Riograndense de Valorização dos Resíduos (CRVR), antiga Sil Soluções Ambientais, recebe mais de duas mil toneladas de lixo por dia.

Meio Ambiente

# Onde o lixo é levado a sério

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) sempre defendeu a adoção de boas práticas para o cumprimento de leis. E, nesta edição do *Boletim*, o exemplo é a Urbanizadora Municipal (Urbam), uma autarquia ligada à Prefeitura de São José dos Campos (SP). Em entrevista, a Urbam explicou como o recolhimento de lixo eletrônico e oriundo de eletrodomésticos faz do Município um “dos mais limpos do Estado” e destaque para outras cidades.

A diferença no trabalho da Urbam está nos Pontos de Entrega Voluntária, os PEVs. São onze lugares destinados a receber, por exemplo, resíduos de materiais de construção, tudo o que não for lixo comum. O recolhimento vai além dos PEVs. Em São José dos Campos, o cidadão pode ligar para a Urbam e agendar dia e horário para o recolhimento de resíduos. Um serviço de luxo que não custa muito. Apenas a manutenção de carro e dois servidores.

O recolhimento de eletrodomésticos, como microondas, computadores e televisões, é a mais nova aposta da Urbam, que fez parceria com a Associação Brasileira de Reciclagem de Eletroeletrônicos e Eletrodomésticos (Abree). A Abree fica responsável por receber o lixo da cidade e transformar em plástico, metal e demais recicláveis. Um agrado ao meio ambiente.

Este projeto foi piloto e feito por quatro semanas, em abril deste ano. Agora, segundo o diretor de operações da Urbam, Boanésio Cardoso, a expansão deve ocorrer para garantir a qualidade deste novo serviço de limpeza urbana.

No projeto, os pontos de recolhimentos, onde o cidadão leva o lixo eletrodomésticos e eletrônico, foram escolhidos estrategicamente. Um deles foi em um *shopping center*, por exemplo.

O trabalho da urbanizadora municipal é gratuito, nenhum cidadão paga pela qualidade exemplar na limpeza de São José dos Campos. O resultado é uma população “educada em relação ao lixo”, conta Boanésio Cardoso.

**Início** – Segundo Boanésio, os serviços de limpeza urbana começaram em 2009, apenas com o recolhimento de pilhas e baterias. O objetivo é dar a destinação correta aos resíduos que carecem de tratamento especial e evitar que eles sejam depositados em praças e lotes baldios. A Urbam explica que “os resíduos recolhidos passam por triagem, tratamento e recebem destinação apropriada na estação de tratamento”, localizada em um bairro da cidade.

A Urbam é coordenada pela Secretaria de Meio Ambiente de São José dos Campos e, além de recolher o lixo, faz propaganda e convida os moradores a depositarem o lixo especial nos locais corretos. Uma espécie de educação ambiental.

Questionado sobre os benefícios de dedicar atenção ao lixo urbano, o diretor da Urbanização garante: “o primeiro deles é cumprir a lei. O segundo é garantir a limpeza, que o lixo não vá para as ruas, e por último poder aproveitá-lo, reciclá-lo”.



Previdência

# Publicada a lei do parcel

Uma boa notícia para os gestores municipais: a Lei 12.810/2013, que trata de melhorias no parcelamento das dívidas previdenciárias, foi publicada nesta quinta-feira, 16 de maio, no Diário Oficial da União (DOU). A partir desta legislação os Municípios terão mais condições para quitar esses débitos com a Previdência Social.

A Lei 12.810/2013 é oriunda da Medida Provisória 589/2012, que contou com empenho da Confederação Nacional de Municípios (CNM), durante a tramitação no Congresso Nacional, para a obtenção dessas melhorias. O presidente Paulo Ziulkoski, ressalta que “a nova Lei, nesse contexto, ajuda os Municípios a melhorar a situação do endividamento previdenciário, mas não tende a

resolver a questão principal”.

A “questão” referida por Ziulkoski é o encontro de contas dos créditos previdenciários que os Municípios possuem com a União, luta histórica da CNM. Esse encontro infelizmente não está previsto nesta Lei, apesar de o deputado Manoel Junior (PMDB-PB) ter apresentado emendas sugeridas pela CNM, à Medida Provisória que originou esta legislação.

### QUAIS AS MELHORIAS?

As principais mudanças no parcelamento das dívidas são as seguintes:

- a redução do comprometimento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de

2% para 1% da média mensal da Receita Corrente Líquida referente ao ano anterior ao do vencimento da prestação;

- a possibilidade de uma maior redução dos juros e multas; e
- a ampliação do prazo de adesão que se encerrou pela MP em 28 de janeiro de 2013 para 31 de agosto de 2013.

O novo parcelamento possibilita também que até a consolidação dos débitos previdenciários pela Receita Federal, os Municípios tenham retidos no FPM somente o percentual de 0,5% da média mensal da Receita Corrente Líquida, referente ao ano anterior ao do vencimento da prestação.

A CNM esclarece aos gestores: os Municípios

PONTOS IMPORTANTES	MEDIDA PROVISÓRIA 589/2012	LEI Nº 12.810/2013
Débitos que podem ser incluídos no parcelamento.	Todos até 31 de outubro de 2012.	Todos até 28 de fevereiro de 2013.
Comprometimento da Receita Corrente Líquida – RCL para pagamento do parcelamento especial.	2% da RCL.	1% da RCL ou 240 meses, o que for menor.
Expurgo de multas e juros.	Expurgo de 60% das multas e 25% dos juros.	Expurgo de 100% das multas e 50% dos juros.
Prazo para adesão ao parcelamento.	29 de março de 2013.	31 de agosto de 2013.
Início da retenção no FPM após a adesão ao parcelamento.	Último dia útil do segundo mês subsequente ao mês de seu pedido.	Último dia útil do segundo mês subsequente ao mês de seu pedido.
Se depois da adesão não houver quitação de algum débito, a União está autorizada a fazer a retenção diretamente no FPM.	Há a autorização para desconto de débitos previdenciários não pagos diretamente no FPM.	Há a autorização para desconto de débitos previdenciários não pagos diretamente no FPM.
Vantagens de parcelamentos anteriores.	SEM PREVISÃO.	A adesão ao parcelamento não afeta os termos e condições de abatimento e reduções de parcelamentos anteriormente concedidos.
Emissão de Certidão Positiva com efeitos de negativa.	SEM PREVISÃO.	Após ser protocolado o pedido de parcelamento pelo Município, a Receita Federal deverá emitir a certidão positiva de débitos com efeito de negativa.
Inclusão de débitos que surgirem após a adesão ao parcelamento, mas referente ao período de inclusão permitido no parcelamento.	SEM PREVISÃO.	Os débitos decorrentes de fatos geradores ocorridos até 28 de fevereiro de 2013 serão incorporados ao parcelamento especial, aumentando-se o número de parcelas, mas não o valor parcelado.
Consolidação de débitos (A Receita Federal tem a obrigação de consolidar os débitos, ou seja, aplicar o expurgo de multas e juros previstos no parcelamento para o Município saber o real valor do débito).	SEM PREVISÃO.	Até a consolidação dos débitos incluídos no parcelamento, somente poderá ser retido no FPM o correspondente 0,5% da RCL.

# amento

que aderiram ao parcelamento pela MP 589/2012 podem migrar para o novo parcelamento por meio de manifestação expressa à Delegacia da Receita Federal do Brasil de jurisdição do Município. Isso deve ser feito até o dia 31 de agosto deste ano. A Confederação recomenda a mudança uma vez que a Lei 12.810/2013 traz mais benefícios que a Medida Provisória.

## PASEP

Além dos débitos previdenciários, a nova legislação também possibilita o parcelamento das dívidas municipais com a Fazenda Nacional, relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). Podem ser reparcelados os débitos vencidos até 28 de fevereiro de 2013, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa da União, ainda que em fase de execução fiscal ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior não quitado.

A dívida poderá ser paga em 240 parcelas, retidas no FPM e repassadas à União. Os débitos gerados até 28 de fevereiro de 2013, e que forem apurados posteriormente, poderão ser incorporados ao parcelamento. Para isso, haverá aumento no número de parcelas, e não no valor das prestações.

A Lei 12.810/2013 prevê a redução de 100% das multas de mora ou de ofício, de 50% dos juros de mora e de 100% dos encargos legais. Para garantir esses benefícios, os Municípios precisam formalizar o parcelamento até o dia 30 de agosto deste ano, na unidade da Receita Federal do Brasil de circunscrição do requerente.

Está vedada, a partir da adesão, qualquer retenção referente a débitos de parcelamentos anteriores incluídos no parcelamento de que trata a Lei. A Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do Ministério da Fazenda, editarão os atos necessários à execução do parcelamento.

## Institucional

# CNM: nova sede prevista para 2014

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) luta pelos Municípios brasileiros desde 1980 e deve inaugurar em 2014 a sede oficial do municipalismo brasileiro. A nova sede deve ocupar um terreno de cinco mil metros quadrados em uma área nobre da capital federal, localizada na Asa Norte. O local vai oferecer toda a estrutura necessária para os prefeitos receberem orientações e apoio técnico durante a gestão.

A empresa que irá executar a construção da nova sede será escolhida por meio de edital de coleta de preço. As empresas interessadas em se habilitar devem consultar o edital no site da CNM, e as propostas devem ser encaminhadas no dia 10 de junho às 10 horas.

Para o presidente da entidade, Paulo Ziulkoski, o lançamento do edital cumpre com um ritual para dar plena divulgação ao evento, que também foi veiculado em grandes jornais nacionais, como *Valor Econômico*, *Diário Oficial da União* e *Correio Braziliense*.

“A construção da nova sede está orçada em R\$ 40 milhões e deve levar um ano e meio para ficar pronta. Vamos torcer para que empresas competentes concorram ao edital”, adianta Ziulkoski.

O projeto arquitetônico do prédio foi escolhido por meio de um concurso público nacional promovido pela CNM e pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), em 2010. Cerca de 90 projetos concorreram.

Para o consultor jurídico, Luiz Pedro Leite, um dos responsáveis pela elaboração do edital, “a CNM teve o cuidado de dar ao documento a maior transparência possível, a fim de respeitar os principais de legalidade e isonomia que a entidade já segue”, explica.

Ziulkoski ainda aproveitou o momento para agradecer aos principais parceiros que ajudaram nesta luta para a construção da nova sede, que completa seis anos. Entre eles estão o representante da Presidência da República, Gilmar Dominici, assessor especial de assuntos federativos da Secretaria de Relações Institucionais, e o representante do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-DF), Luiz Otávio Alves.

Gilmar Dominici destacou que as três esferas têm representações na capital da República, “já era preciso uma representação adequada para os Municípios, pois é um Ente federado forte e será um espaço importante para os prefeitos”, acredita.



XVI Marcha

# Debate: desequilíbrio federativo e crise

“É hora de nos unirmos na defesa dos Municípios brasileiros, pois as administrações locais podem tornar-se inviáveis”. Com essa frase, o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, convoca todos os gestores municipais para mais uma *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*. O evento está agendado para os dias 9 a 11 julho, e a CNM organiza o encontro com o apoio das entidades estaduais e regionais de Municípios.

A XVI edição da Marcha – com o tema “O desequilíbrio federativo e a crise dos Municípios” – vai mostrar a situação registrada na maioria das administrações municipais ao logo do primeiro semestre do exercício. Ziulkoski diz que a situação é um reflexo acúmulo de responsabilidades repassadas às prefeituras, sem a suficiente provisão de recursos. Tudo isso somado às sucessivas quedas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a uma política econômica que não respeita a autonomia dos Entes federados.

“Estamos inseridos em um complexo sistema, por meio do qual, em decorrência do desequilíbrio das relações federativas, o País está sendo levado ao estrangulamento das políticas públicas”, avaliou o presidente da CNM. “Ao mesmo tempo em que se aumentam as demandas da população e se repassam para os Municípios as competências para atendê-las, os recursos continuam concentrados na esfera federal”, reforçou.

O evento será no Royal Tulip Brasília Alvorada Hotel (SHTN – Trecho 1, Conjunto B, Bloco C).

**CNM quer aumento de mais 2% no FPM** – Aumentar de 23,5% para 25,5% o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é a nova reivindicação da Confederação Nacional de Municípios (CNM). A entidade, que trabalha na defesa dos interesses dos Municípios brasileiros, tem lutado por melhor redis-

tribuição de receitas entre os Entes da Federação. E, em razão da grande crise financeira que assola todos os gestores municipais, vem pleitear um aumento de 2% no Fundo.

O FPM é composto de 23,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Ele é repassado da seguinte forma: creditado 22,5% decenalmente ao longo do ano e, no primeiro decênio de dezembro, é creditado o 1% adicional.

Este valor de 1% do FPM representou desde sua aprovação, em 2007, o valor de R\$ 12,5 bilhões, e, em 2012, o montante foi de R\$ 2,87 bilhões. O que ajudou a grande maioria dos gestores a equilibrar suas contas no final do exercício. O aumento foi uma das conquistas do movimento municipalista por meio das Marchas.

Agora, a reivindicação é aumentar em mais 2% a porcentagem do Fundo e que este valor adicional seja creditado no mês de junho de cada ano, assim os gestores teriam dois repasses adicionais do FPM: um no meio do ano e outro no final. Em termos de recursos financeiros, caso seja utilizada a mesma forma do 1% adicional, os 2% representarão R\$ 6 bilhões a mais no FPM.

**Aumento da base** – Outra alternativa, indicada pela CNM, seria a incorporação das contribuições do governo federal no bolo do FPM, além do IPI e do IR. De acordo com a CNM, isso faria com que o Fundo fosse menos instável e tornaria o ingresso de receitas mais uniforme, o que facilitaria o planejamento das ações dos governos municipais. O pedido dos governadores na reunião do pacto federativo promovido pelo Congresso Nacional foi de se incorporar 18% das contribuições à base do FPM/FPE; com isso, somente no FPM, em números de 2012, seria um aporte de R\$ 11,6 bilhões.

PROGRAMAÇÃO PRELIMINAR

**8 de julho de 2013 – Segunda-feira**

- 11 horas Coletiva de Imprensa
- 14 horas Credenciamento  
Abertura da *V Exposição de Produtos, Serviços e Tecnologias*
- 17 horas Abertura da Assembleia-Geral Ordinária da CNM

**9 de julho de 2013 – Terça-feira**

- 8 horas Credenciamento
- 10 horas Sessão Solene de Abertura
- 11h30 Palestra do Presidente Paulo Ziulkoski
- 14h30 Discussão da Pauta Política
- 17 horas Deslocamento para o Congresso Nacional

**10 de julho de 2013 – Quarta-feira**

- 9 horas Premiação do IRFS  
Assinatura de Termo de Cooperação com o TCU  
Lançamento *Projeto Memórias*  
Lançamento *Publicações CNM*
- 10h30 Senado Federal: Subcomissão de Assuntos Municipais
- 14 horas Fórum dos Vereadores  
Oficinas Temáticas

**11 de julho de 2013 – Quinta-feira**

- 9 horas Convênio Sebrae
- 10 horas Projeto Experiência Municipal  
Lançamento *Portal do Observatório do Crack*
- 11h30 Leitura da Carta da *XVI Marcha a Brasília*
- 12 horas Encerramento



Créditos

O *Boletim CNM* é uma publicação da Confederação Nacional de Municípios. Todo o conteúdo pode ser copiado, distribuído, exibido e reproduzido livremente, desde que seja citada a fonte.  
**Presidente:** Paulo Roberto Ziulkoski • **Diretora-Técnica:** Elena Garrido • **Jornalista responsável:** Tairo Arrial • **Reportagens:** Erika Braz, Mabilia Souza, Michelle Horovits, Raquel Montalvão e Tâmara Ramos. **Colaboradores:** Áreas Técnicas da CNM • **Fotos:** Agência CNM • **Diagramação:** Themaz Comunicação Ltda. • **Revisão:** Keila Mariana de A. Oliveira  
**Endereço:** SCRS 505, bloco C, 3º andar, 70350-530, Brasília (DF) • **Telefone:** (61) 2101-6000 • **Fax:** (61) 2101-6008 • **E-mail:** atendimento@cnm.org.br • **Site:** www.cnm.org.br